



**ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO EM SEGURANÇA
PÚBLICA - CEGESP**

BRUNO BERNARDO SANTOS

**COMANDO DO POLICIAMENTO URBANO POR MEIO DE CENTRAL
MÓVEL DE MONITORAMENTO**

**GOIÂNIA
2018**

BRUNO BERNARDO SANTOS

**COMANDO DO POLICIAMENTO URBANO POR MEIO DE CENTRAL
MÓVEL DE MONITORAMENTO**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Gerenciamento em Segurança Pública/2018, em cooperação técnica com a Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gerenciamento em Segurança Pública

Orientador(a): Prof. Especialista Tenente Coronel Borba.

Data da Aprovação: ____/____/____

Prof. Ten Cel Geyson Alves Borba

Prof. (a) Nélia Cristina Pinheiro Finotti

Prof. Márcio Antônio

**GOIÂNIA
2018**

COMANDO DO POLICIAMENTO URBANO POR MEIO DE CENTRAL MÓVEL DE MONITORAMENTO

BRUNO BERNARDO SANTOS ¹

RESUMO

As unidades operacionais da Polícia Militar do Estado de Goiás têm como missão precípua o policiamento preventivo ostensivo e a manutenção da ordem pública. Para a execução, coordenação e fiscalização destas atividades temos a figura do Comandante do Policiamento de Unidade – CPU, que é exercida preferencialmente por um Oficial subalterno. Há anos esta função vem sendo executada de maneira empírica, por meio de experiências e noções de trabalho que são transmitidas de geração para geração, sem qualquer fundamento científico e negligenciando os avanços tecnológicos disponíveis. A Secretária de Segurança Pública de Goiás – SSP-GO tornou-se referência nacional ao instalar o Centro Integrado de Inteligência Comando e Controle – CIICC – Observatório, hoje responsável pela coleta de dados e informações dentro das atividades de segurança pública. Para o processamento e análise destes dados, a SSP-GO disponibiliza várias ferramentas que também podem ser USADAS para aumentar a eficiência do monitoramento operacional da unidade policial militar – UPM. A melhor saída é a criação de um recurso único composto por um veículo tipo *minivan* e equipada com toda estrutura de acesso *web* e aos aplicativos disponibilizados pelo Observatório.

Palavras-chave: Polícia Militar. Monitoramento. Operacional. Ferramentas. Observatório.

ABSTRACT

The police units of the Military Police of Goiás have the primary mission of prevent delicts and maintain the public order. To execute, coordinate and control these activities, we have the Police Commander Unit - PCU, which is preferable to be a Lieutenant. For years, this mission was conducted in an empirical way, through experiments and notions of work that are transmitted across the generation, without scientific basis and overlooking the technological advances. The Agency responsible for Public Safety in Goiás, became a national reference when installing the Integrated Center for Intelligence, Command and Control - ICICC – The Observatory, is a division that collects crimes-data and information. The analysis and processing of these data is provide by several tools that can also be used to increase and improve the efficiency of monitoring military police works, if is organized. A better way, is creation a monitoring mobile center in a vehicle type minivan whit the tools often by observatory.

Keywords: Military Police. Monitoring. Operational. Tools. Observatory.

¹ Bacharel em Direito. Especialista em Segurança Pública no Curso de Formação de Oficiais. Especialista em Patrulhamento Tático e Motopatrulhamento Tático. Atualmente comandante da 2ª Companhia do 22º Batalhão.

INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico tem contribuído para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades estatais, não é diferente quando se fala de Segurança Pública. No Brasil, os Estados-Membros que vêm investindo nesta área de coleta, processamento e análise de dados criminais têm se destacado no combate às atividades criminosas.

O art. 144, § 5º (Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988) disciplina in verbis “§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública...” (BRASIL, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>). Acesso em: 28 set. 2018.) Sendo assim, temos que na atual conjuntura torna-se praticamente impossível cumprir nossa atribuição constitucional sem o uso adequado das ferramentas tecnológicas disponíveis.

No dia 13 de novembro de 2014, a SSP-GO divulgou em seu *website*²:

O Observatório da Segurança Pública que tem como objetivo principal proporcionar uma nova visão de gestão e governança para o setor foi apresentado em detalhes a representantes da comunidade acadêmica do estado de Goiás. As ações que vão possibilitar, através de estudos consistentes, uma atuação ainda mais proativa no controle da criminalidade estão em estágio avançado.

O gerente do Observatório, major PM Geyson Borba, informou que o projeto foi estruturado no modelo misto de gestão, composto por membros acadêmicos e membros de instituições governamentais de segurança. De acordo com major Borba, a missão é subsidiar a segurança pública na elaboração de suas políticas públicas e na tomada de decisão, por meio da observação, pesquisa, análise e acompanhamento de ações sobre fenômenos, dados e informações pertinentes a esse meio, em prol da sociedade.

Desta forma, este trabalho busca demonstrar que é possível maximizar a eficiência do monitoramento e fiscalização do serviço operacional na Polícia Militar, atualmente exercida pelo Comandante do Policiamento de Unidade – CPU, usando as ferramentas fornecidas pelo Observatório. Nesta esteira, é nítido que o atual modelo de gestão operacional, baseado no empirismo, tornou-se defasado e não mais condiz com a demanda da sociedade. Tese esta que será demonstrada através de um estudo de caso e entrevistas.

² <http://www.ssp.go.gov.br>

O que se propõe é a criação de uma central móvel de monitoramento, onde o CPU terá a estrutura necessária para gerir corretamente seus recursos conforme as necessidades imediatas. Assim, ele terá acesso ao rastreamento de sua frota/tornozeleiras e visualização das câmeras (Geocontrol), acompanhamento das ocorrências em tempo real (RAI-despacho), escaneamento das frequências do rádio (estando ciente do que ocorre ao seu redor e do que é repassado pelo COPOM), desenvolver relatórios de acordo com a análise criminal e a mancha criminal, lavrar Termo Circunstanciado de Ocorrências, registrar ocorrências, dentre inúmeras outras atividades.

1 SEGURANÇA PÚBLICA E POLICIAMENTO OSTENSIVO

No Brasil as atribuições de Segurança Pública são definidas pela Constituição Federal de 1988, também conhecida como *carta cidadã*. O objetivo existir estas previsões constitucionais é a busca pela convivência pacífica, de respeito e construída em cima de pilares como paz e equilíbrio social. Podemos facilmente definir que o Estado monopolizou o uso da força por meio das polícias e distribuiu para a Polícia Militar a manutenção da Ordem Pública (MASSON, Nathalia, 2016).

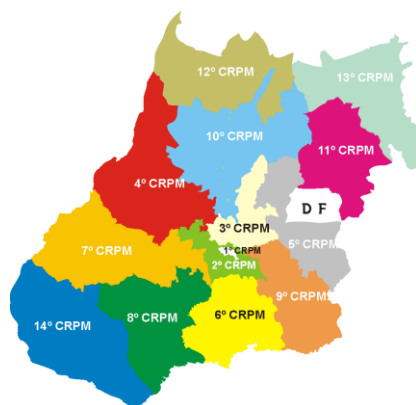
O serviço policial militar consiste em realizar o policiamento ostensivo nas ruas, bem como, a manutenção da ordem pública. Esta ostensividade é a visibilidade evidente da polícia, seja pelo seu uniforme ou por veículos caracterizados. A manutenção da ordem pública é o acompanhamento rotineiro dos comportamentos de uma comunidade, visando mantê-los em conformidade com o ordenamento vigente.

1.1 Segurança Pública no âmbito da Polícia Militar de Goiás

No âmbito da Polícia Militar do Estado de Goiás, esta atribuição é distribuída por meio de Comandos Regionais de Polícia Militar – CRPM, sendo que dentro de cada CRPM, temos as unidades que podem ser Batalhões de Polícia Militar – BPM ou Companhias Independente de Polícia Militar – CIPM. Dentro de cada unidade, o serviço operacional é realizado por pelotões onde o efetivo é

dividido em equipes que são comandadas pelo Comandante do Policiamento de Unidade – CPU. (WIKIPÉDIA, 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_Militar_do_Estado_de_Goi%C3%A1s>). Acesso em: 08 out. 2018.)

Figura 3: Mapa dos Comandos Regionais da PMGO



Fonte: <http://www.wikipedia.com/pmgo>

Os Regulamentos Internos definem que a função CPU deve ser exercida preferencialmente por um Oficial subalterno (RIDE/48ª CIPM, 2018). Cabe ao CPU no início de sua jornada de trabalho, verificar as alterações e distribuir as equipes dentro de sua área, bem como, cumprir ordens de operações e outras determinações extraordinárias. Feito isto, o CPU embarca em sua viatura e acompanha o serviço por intermédio do rádio e do celular.

Figura 4: Equipe policial militar no serviço operacional.



Fonte: <http://www.pmesp.go.gov.br>

1.2 Central móvel de monitoramento

Dentro de todo o exposto, somado às experiências profissionais de vários policiais militares – Oficiais e Praças – é notória a necessidade de aprimoramento das atividades do CPU. Para isto, percebemos que o Estado de Goiás fornece as ferramentas adequadas para este *upgrade*. Sendo necessário unicamente uma adequação estrutural em seu veículo de patrulhamento. A unidade de recurso recomendada é uma *minivan* que será adaptada para uma central móvel de monitoramento.

Figura 5: Modelo de uma central móvel de monitoramento.



Fonte: <http://www.google.com/images>

Esta viatura deverá conter acesso à *Internet*, computadores, impressora, televisores para monitoramento de dados e informações, radio com opção de escaneamento de frequências, bem como, toda a estrutura necessária para a lavratura dos Termos Circunstanciado de Ocorrência – TCO, pois caberá ao CPU também a gestão do TCO. Além disso, esta unidade também poderá ser um ponto de apoio – posto de comando em crises, e também manter em depósito armamentos longos e/ou menos que letal, como também, qualquer outro patrimônio que possa ser usado para subsidiar o serviço policial militar.

Figura 6: Modelo de uma central móvel de monitoramento.



Fonte: <http://www.google.com/images>

2 METODOLOGIA

Para estes estudos a metodologia desejada é o uso de pesquisas qualitativas, aplicadas e com o objetivo exploratório. Será qualitativa porque pela necessita de aprofundamento no problema para demonstrar ao alto comando que os procedimentos adotados atualmente podem ser aprimorados com as hipóteses corretas. Terá natureza aplicada, pois é necessária sua aplicação prática, visto que, existe um problema bem delimitado e de interesse específico da corporação. Será exploratória porque existem situações práticas que são vivenciadas rotineiramente por policiais militares e demandam um *upgrade* de comportamento.

A pesquisa bibliográfica é fundamental, mas por ser uma atividade extremamente específica, torna-se um tanto difícil a consulta aos autores. Por isto, os recursos serão manuais e obras publicadas por outros policiais, bem como, as legislações inerentes à atividade mencionada.

Outra metodologia indispensável a este projeto é a pesquisa de campo. É de fundamental importância a opinião daqueles que exercem o trabalho operacional policial militar, da mesma forma, devemos nos atentar as sugestões e críticas dos comandantes de unidades operacionais, pois são eles que diariamente são responsáveis por gerir estas missões.

Neste trabalho, pretende-se entrevistar comandantes de unidades, oficiais e/ou praças que exerçam a atividade de Comandante de Policiamento de Unidade. Nesta mesma esteira, acompanhar o serviço operacional e pontuar os pontos negativos existentes no atual modelo de gestão. Esta metodologia será utilizada para fundamentar as mudanças e aprimoramentos necessários.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O tema abordado nesta pesquisa, por se tratar de um assunto extremamente técnico e peculiar, do ponto de vista policial militar e também com pouco arcabouço teórico-científico, gerou bastante dificuldade. Isto se deve ao fato de nossa corporação ser escassa na criação de atos procedimentais e da falta de incentivo à pesquisa.

O resultado que foi buscado neste trabalho é o de demonstrar a necessidade de evoluirmos no tocante ao serviço do Comandante do Policiamento de Unidade. Isto porque há anos estamos executando-o da mesma forma, sem nos atentarmos para a evolução natural da sociedade. Esta estagnação tem provocado uma entrega improdutiva do serviço policial militar.

Pude chegar a estas conclusões porque além de exercer esta função por 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses esta função, realizei dois estudos de caso em duas unidades diferentes (48ª CIPM – Goianira e 22º BPM/2ª Cia – Guapó), conforme Anexo 1, atuando juntamente com o CPU e analisando seu serviço de maneira extremamente imparcial, como uma espécie de observador.

A necessidade se torna ainda maior em cidades do interior, principalmente aquelas da região metropolitana como as que foram realizadas o estudo de caso que são cidades com pouca estrutura, mas com grandes problemas pela proximidade com a metrópole. Isto porque não temos um aparato completo de recursos como nas maiores cidades do Estado, então, uma central móvel de monitoramento para fortalecer o serviço nestes locais seria muito bem-vindo.

O que pode ser notado na prática é que o Comandante do Policiamento gere de maneira extremamente errada seus recursos e que não consegue administrar com sabedoria as adversidades, não pela incompetência, mas pela falta de estrutura. Nas duas unidades supramencionadas o CPU tem a sua disposição:

- 01 (um) policial auxiliar-motorista;
- 01 (um) smartphone;
- 01 (uma) radiopatrulha.

Isto o torna totalmente dependente da Central de Operações para apoiá-lo no direcionamento de seu serviço.

Pretendemos demonstrar ao Alto Comando da Instituição que é possível transferir toda esta estrutura para a *ponta da lança*, entregando diretamente soluções ao cidadão, vide exemplo do Termo Circunstanciado de Ocorrência, que atualmente é uma das melhores formas de se expressar o princípio da *Eficiência* da Administração Pública pela Polícia Militar. Assim exposto pelo servidor público federal Eduardo Zózimo de Andrade Figueira Neto no *website*³ do Âmbito Jurídico:

³ <http://www.ambito-juridico.com.br>

Diante de uma nova ordem econômica, no fim do século XX, verificou-se a necessidade de implantação de medidas com o objetivo de modernizar a administração pública brasileira, tendo em vista a nova concepção liberal de política econômica e os entraves excessivos provocados por uma administração burocrática, marcada pela ênfase em processos e ritos. É nesse contexto que surge a reforma administrativa promovida pela Emenda constitucional n. 19/98 – EC nº19/98, com intuito de implementar um modelo gerencial de administração pública. Daí a importância de se analisar o papel do princípio da eficiência na implantação de um modelo gerencial de administração pública.

O princípio em estudo procura inserir o modelo de administração pública gerencial voltada para um controle de resultados na gestão pública, e tem como um de seus objetivos, o de assegurar uma adequada prestação de serviço feita pela Administração Pública, de acordo com as necessidades da sociedade.

Segundo Alexandre de Moraes:

“O princípio da eficiência impõe à Administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício e suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa eficaz, sem burocracia sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar desperdícios e garantir-se uma maior rentabilidade social. (MORAES, 2002, pg. 317)”.

Neste contexto, o objetivo maior deste estudo é analisar a importância do princípio da eficiência, com status de princípio fundamental, na implantação do modelo gerencial de administração pública, para uma melhor gestão da coisa pública. Para atingir os objetivos apresentados, utilizou-se como recursos metodológico, a pesquisa bibliográfica, de doutrinadores conceituados, bem como de artigos científicos divulgados no meio eletrônico.

Diante de tudo que foi analisado, proponho a criação de uma viatura onde o Comandante do Policiamento poderá se tornar uma espécie de Central de Operações Itinerante, acompanhando suas ocorrências em tempo real, monitorando sua frota, lavrando Termos Circunstanciados de Ocorrência no local do fato, empenhando seus recursos com observação da mancha criminal de sua área e com os portadores de tornozeleira eletrônica, e mais uma vasta gama de situações que podem ser criadas tendo acessos a estas tecnologias na rua 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a implementação das melhorias indicadas, busca-se uma maior eficiência operacional, haja vista que a forma como é executada atualmente já se encontra totalmente defasada em virtude dos grandes avanços tecnológicos, sociais e culturais.

Podemos dizer que o CPU terá controle integral de seus recursos, podendo coordená-los da forma que entender mais conveniente, sendo que esta convicção não mais se baseará em princípios empíricos e/ou “*achismos*”, mas em ferramentas tecnológicas e análises científicas.

O CPU acompanhará em tempo real a localização de suas viaturas, dos indivíduos com tornozeleiras, monitorar as câmeras públicas de segurança, levantar manchas criminais, dentre outros, através do *Geocontrol*; Ter acesso a uma análise criminal em tempo real com o *Painel Público*; Registrar ocorrências, acompanhar o despacho do COPOM, fiscalizar as escalas de serviços, dentre outros, por meio do *RAI*; Realizar consultas processuais, documentos, veículos etc, usando o *MPORTAL*; Lavrar Termos Circunstanciados de Ocorrência. Em resumo, há uma infinidade de sistemas que podem contribuir muito para melhorar a prestação de serviço da Polícia Militar.

As próximas medidas são:

- a) Apresentação das melhorias ao Alto Comando da PMGO;
- b) Avaliação deste Alto Comando no tocante à implementação;
- c) Projeto piloto em uma unidade do 1º CRPM para análise de proficiência;
- d) Treinamento do efetivo;
- e) Criação de um Procedimento Operacional Padrão – POP, para definir as normas procedimentais.

Sendo assim, o alvo a ser atingido é o aprimoramento profissional daqueles que exercem esta função, um maior controle do comandante da unidade e, por consequência, uma entrega mais efetiva do serviço policial militar para a comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. **Texto promulgado em 05 de outubro de 1988.** Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 28 set. 2018.

FIGUEIRA NETO, Eduardo Zozimo de Andrade. O princípio da eficiência como pressuposto da administração gerencial. **Revista Âmbito Jurídico**. Rio Grande. Disponível em: < http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15787>. Acesso em 02 nov. 2018.

GOIÁS. SSP apresenta o observatório de segurança pública à comunidade acadêmica. **Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás**. Goiânia, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.ssp.go.gov.br/destaques/ssp-apresenta-o-observatorio-de-seguranca-publica-a-comunidade-academica.html>>. Acesso em 30 set. 2018.

MANOEL, Elio de Oliveira. **Policiamento Ostensivo, com ênfase no processo motorizado**. Curitiba: Optagraf, 2004.

MASSON, Nathalia. **Manual de Direito Constitucional**: Segurança Pública, Órgãos de segurança pública, Órgãos estaduais – a segurança pública realizada pelos órgãos dos Estados. Salvador: Juspodivm, 2016.

SÃO PAULO, Polícia Militar. **Sistema de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. São Paulo: Imprensaoficial, 2009.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_Militar_do_Estado_de_Goi%C3%A1s> Acesso em: 08 out. 2018.

APÊNDICE

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós Graduação



Universidade
Estadual de Goiás

Posto/Grad: Major RG: _____ Idade: _____

Nome (opcional): _____

Função: _____

Tempo de serviço: _____

PERGUNTAS

1. O CPU consegue manter um controle integral do serviço operacional?

Caso a resposta seja negativa, quais são as críticas?

Não. O serviço do policial militar é muito complexo, no primeiro momento que é a chamada até que o CPU tem contato com os integrantes do serviço e até mesmo as condições de equipamento, mas quando começa a operacionalidade, isto de viaturas e equipes diversas distribuídas ao longo de sua área de atuação, aí começa um controle que no meu entendimento é na verdade de um descontrole. Isto quando ocorre um serviço sem muitas ocorrências e muito maior, observo que em diversas áreas ocorre crimes de furto e roubo ou mesmo de homicídio e não tem como prevê ou dividir os horários e muitas vezes ao mesmo tempo. Portanto o CPU fica com tantas funções que acaba não tendo como ele coordenar ou acompanhar como deveria.



2. Qual a opinião do senhor (a) sobre uma central móvel de monitoramento operacional a disposição do CPU para gerenciar seus recursos?

Acredito que isto seria realmente o ideal para a atualidade e por vários séculos. Teríamos no futuro um CPU que teria como desenvolver melhor seus trabalhos e também que é o principal papel de Comandante/Comandos e ele representaria com destaque o Comandante de sua unidade, Com isso suas equipes ganharia uma qualidade de superior imediato com menos estresse. Acredito que os estudos atuais e do futuro nos levará a uma eficiência de grande qualidade de gerenciamento e emprego de recursos.

No entanto, o monitoramento móvel deve ser discutido e levado ao nível operacional em toda a polícia brasileira e quem sabe podemos como Goianos sermos modelo para a nossa nação e também para outras culturas ao longo deste mundo que é demograficamente carente de segurança pública, principalmente no terceiro mundo.



Posto/Grad: Capitão RG: — Idade: —

Nome (opcional): —

Função: Chefe de seção operacional

Tempo de serviço: 8 anos

PERGUNTAS

1. O CPU consegue manter um controle integral do serviço operacional?

Caso a resposta seja negativa, quais são as críticas?

Do meu entendimento, atualmente o CPU não consegue manter este controle. Isto ocorre porque a polícia a frente do serviço fica sobrecarregada com diversas missões.

O CPU não consegue fiscalizar corretamente suas viaturas porque ele não tem em suas mãos uma ferramenta adequada para isto. O correto seria se ele pudesse acompanhar em tempo real todo seu serviço ao mesmo tempo.

Quando o OFM acompanha uma viatura o CPU tem dificuldade de observar se o atendente foi ciente.



2. Qual a opinião do senhor (a) sobre uma central móvel de monitoramento operacional a disposição do CPU para gerenciar seus recursos?

Seria excelente, pois assim algumas dificuldades que temos seriam facilmente superadas.

O cidadão receberia com bons olhos este tipo de policiamento, pois veria que a Polícia estaria sendo proativa.

A facilidade de acesso ao recurso auxilia monitorar o registro de ocorrências e que diminuiria a cifra negra.



Posto/Grad: TEN CORONEL RG: _____ Idade: _____

Nome (opcional): _____

Função: _____

Tempo de serviço: 26 ANOS

PERGUNTAS

1. O CPU consegue manter um controle integral do serviço operacional?

Caso a resposta seja negativa, quais são as críticas?

Não consegue por vários motivos, sendo o maior deles, a falta de capacidade técnica e a inabilidade com o serviço operacional. Visto que os Oficiais não saem capacitados da Academia de Polícia Militar para o efetivo trabalho de rua. Aqueles que são bons de serviço, conseguem manter um padrão, mas longe do adequado.

2. Qual a opinião do senhor (a) sobre uma central móvel de monitoramento operacional a disposição do CPU para gerenciar seus recursos?

Entendo que para o Oficial Subalterno dedicado esta medida seria excelente, visto que aumentaria de maneira excepcional sua produtividade. Porém, esta novidade na mão de Oficiais desinteressados, se tornaria um grande problema, além de um gasto necessário. Para evitar estes problemas, sugiro que exista uma forma do comandante monitorar o CPU que estará dentro da central móvel de monitoramento, inclusive com câmeras internas de vigilância.

ANEXOS

ESCALA 48ª CPM							Unidade
#	Tipo Escala	Nome Variáveis	Nome equipe	Tipo equipe	Recursos		Município
					NOME: BRUNO BERNARDO SANTOS		48ª COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA MILITAR - 48ª CPM (03ª CRPM)
					CPR: 0153548193		
					GUARNIÇÃO: comandante		
					REMUNERADO: SIM		
1591/17	EQUIPE	NÃO INFORMADO	EQUIPE - PLEITO ELEITORAL	OPERACIONAL			GOIANIRA
Área	Telefone	KM Inicial	Início escala	Previsão término da escala	Final escala		Situação
PLEITO ELEITORAL	(62) 3516- 2135	Sem km inicial	07/10/2018 07:05	07/10/2018 19:00	07/10/2018 19:00 ...	DESESCALA DA	

ESCALA 22º BPM / 2ª CIA

ESCALA 22º BPM / 2ª CIA											
#	Tipo Escala	Nome Viaturas	Nome equipe	Tipo equipe	Recursos				Município	Unidade	
1741873	VIATURA	VTR10391	NÃO INFORMADO	OPERACIONAL	NOME: BRUNO BERNARDO SANTOS				TRINDADE	22º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR - 22º BPM (02º CRPM)	
					CPF: 01535548193						
					GUARNIÇÃO: comandante						
					REMUNERADO: SIM						
Área	Telefone	KM inicial	Início escala	Previsão término da escala	Final escala				Situação		
CMT DA 2ª CIA APOIO ELEITORAL	(62) 99930-3759	398 Km	28/10/2018 08:00	28/10/2018 18:00	28/10/2018 18:00 ...					DESESCALADA	